

PUBLICADO

MACHADO, Lucília Regina de Souza; MACHADO, Janaína. Globalização Capitalista e Apropriação: implicações educacionais e ambientais. In: Carlos Lucena. (Org.). Capitalismo, Estado e Educação. 1ª ed. Campinas - São Paulo: Editora Alínea, 2008, v. , p. 43-64.

GLOBALIZAÇÃO CAPITALISTA E APROPRIAÇÃO: IMPLICAÇÕES EDUCACIONAIS E AMBIENTAIS

Lucília Machado¹

Janaína Machado²

Introdução

Neste texto, se explora a projeção da globalização capitalista, especificamente as relações entre produção e circulação ou intercâmbio de mercadorias, sobre o meio ambiente e a educação como espaços de reprodução social e de contradições. Os problemas e os desafios educacionais e ambientais são analisados em suas convergências frente à problemática comum constituída pela lógica de apropriação da globalização capitalista.

A globalização capitalista designa tanto o ato quanto o efeito de um processo de apropriação. O mercado capitalista mundial se apodera de economias e sociedades nacionais e, com isso, se alastra pelo globo terrestre. Essa apropriação leva à adaptação destas economias e sociedades à lógica monopolista de acumulação do capital por meio de políticas de ajustes e de reestruturações promovidas pelos estados e empresas com importantes conseqüências econômicas, políticas, sociais, culturais, educacionais e ambientais.

¹ Socióloga, professora universitária e doutora em Educação.

² Bióloga, ilustradora científica e mestre em Ciências Biológicas.

Este fenômeno está associado à abertura das fronteiras econômicas para permitir que, em escala global, haja o livre fluxo de capitais, tecnologias, bens, serviços, idéias, a ampla movimentação do capital financeiro e do comércio. Há importantes impactos sobre as bases da competitividade capitalista, das decisões sobre os investimentos econômicos, da organização da vida social em todos os seus aspectos.

Trata-se de um processo que não é novo, pois começa a se formar ainda nos séculos XVI e XVII, no período da acumulação originária do capital, já que o mercado mundial foi uma das premissas para o triunfo do modo capitalista de produção. A globalização capitalista incide sobre a divisão internacional do trabalho, as relações econômicas entre os países. Ela universaliza o valor de troca, acelera o processo de dissolução dos laços humanos que podem se colocar como empecilhos à expansão do capital e aprofunda a dependência de cada indivíduo ao conjunto da produção capitalista.

Globalização e apropriação

A globalização é resultado da aceleração e intensificação de um conjunto de processos relacionados à luta competitiva entre as empresas capitalistas. Em primeiro lugar, do processo de centralização decorrente da expropriação dos capitais mais débeis e antes independentes pelos mais poderosos, culminando em uniões e incorporações que possibilitam formar empresas cada vez maiores e a capitalização da mais-valia em escala progressivamente aumentada.

Esse processo está associado a um outro, o da concentração capitalista, conseqüência do crescimento e ampliação dos capitais às custas da acumulação de mais-valia. Como resultado da centralização e da concentração de capitais, a produção vem se concentrando em mãos de uns poucos poderosíssimos empresários, entrelaçados pela fusão de capitais industriais e bancários, que passam a monopolizar, horizontal e verticalmente, complexos e múltiplos ramos e mundiais da atividade econômica.

Com isto, sobrevêm processos transnacionais de centralização e concentração, o que incrementa ainda mais a disputa competitiva inter-capitalista, a margem de valorização da mais-valia e a expansão mundial do sistema social do capital.

A concentração capitalista de meios de produção e de força de trabalho é fator decisivo para a emergência da globalização capitalista. Contudo, evidencia-se a relação entre o aumento da capacidade competitiva e da produtividade do trabalho e o surgimento de novas tecnologias à produção e à circulação das mercadorias, também poderosas pelo potencial de aplicabilidade universal no desenvolvimento dos processos e dos produtos.

O desenvolvimento das comunicações e da informática possibilitaram, por exemplo, a reformulação da gestão, o fim dos estoques, a total remodelação das linhas de produção, o atendimento rápido e flexível das demandas segmentadas do mercado, o atendimento de nichos especializados de consumo, inovações vertiginosas de produtos, sua melhor qualidade, criação de novas necessidades etc.

Para a globalização capitalista concorreram, portanto, as mudanças na organização da produção e do trabalho na perspectiva do regime pós-fordista. Este vem – a despeito das diferenças neste processo observadas entre os países e ramos produtivos - substituindo ou se compondo com o regime taylorista-fordista. Promove uma reestruturação nos processos produtivos, graças, sobretudo, às possibilidades de maior integração e flexibilidade, conquistas permitidas pelas tecnologias de informação e comunicação e pelos métodos de organização do trabalho em células e em redes. Estes ajustes recorrem, ainda, aos rendosos conhecimento (formal e tácito) e criatividade dos trabalhadores na busca de melhoria contínua de processos e produtos.

A globalização é, portanto, uma conseqüência direta do desenvolvimento das forças produtivas. A principal delas, a força produtiva intelectual e física de incontáveis trabalhadores que potencializa os recursos das novas tecnologias (da microeletrônica, telemática, biotecnologia, em energia e produção de novos materiais). De fato, empresas têm se agigantado graças ao extraordinário suporte tecnológico, às possibilidades oferecidas,

por exemplo, pelas redes mundiais de informação. Como parceiros formidáveis, inovadores tecnológicos têm se tornado – voluntária ou involuntariamente - cúmplices deste dinamismo e das suas conseqüências.

A globalização é, portanto, um fenômeno importante também do ponto de vista político. Segundo Oliveira (2004), os poderes se tornam mais assimétricos e entre estes se aprofunda uma separação, em especial, entre o poder econômico e o poder político. Charlot (2007: 133) é enfático ao dizer que:

Atrás das organizações internacionais, é o poder do capital internacional que funciona. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) recebe 25% do seu orçamento dos Estados Unidos. No FMI, em 2005, os Estados Unidos tinham 17% dos votos, a França 5%, Arábia Saudita 3,2%, Índia 1,9%, Brasil 1,4%, Indonésia 1%. Juntos, Índia, Brasil e Indonésia, com quase 500 milhões de habitantes, têm menos peso no FMI do que a França, com 60 milhões. No Banco Mundial, o número de votos de cada país depende do capital que ele colocou no Banco.

Oliveira apela, inclusive, para um paralelo e conjectura sobre um provável retorno da concentração de poderes feudais - do econômico, do militar, do político, do social - com a apropriação destes pelas empresas. Elas teriam se tornado senhoras do poder político com todas as suas funções, executivas, legislativas e judiciárias. Isso estaria levando, segundo ele, à desterritorialização da política e à juridificação da mercadoria, transformando as empresas em um novo Senhor Feudal. Com isto, elas não somente transcenderiam as fronteiras nacionais, mas também se apropriariam dos poderes nacionais.

Para Oliveira,

“(...) a hegemonia, processo pelo qual o dissenso era um elemento insubstituível da estrutura do consenso, tornou-se transparente: a empresa

assumiu esse lugar, tornou-se hegeliana. Ela é a sociedade civil. A empresa faz política e a grande empresa é a política”. (grifos do autor).

Segundo este autor, a construção desta hegemonia envolve, inclusive, a apropriação pelo mercado até do social, já que as empresas vêm buscando carimbar com sua marca os programas e as políticas sociais.

Motivadas e por intermédio da globalização, as desregulamentações e as flexibilizações têm promovido condições e relações de trabalho mais precárias, resultando em aumento da informalidade, das sub-contratações, subempregos, desempregos. Fomentam o desmonte de conquistas e a negação de direitos. Corroboram para a intensificação dos fluxos migratórios e maior vulnerabilidade com relação à perda da qualidade de vida. Estimulam o afloramento e o agravamento dos preconceitos com relação a gênero, idade, etnia, local de origem, opção sexual etc., em decorrência do aumento da competição interna à classe trabalhadora.

Do ponto de vista da subjetividade do trabalhador, Oliveira (2004) a vê subjugada, pois, segundo eles, os indivíduos são reduzidos a unidades atomísticas e têm sua identidade de classe assolada. As identidades formadoras das classes e das sociedades estariam, segundo ele, passando por um processo de dissolução. Ao seu ver, nem mesmo subsistiriam indivíduos, apenas células simples, átomos de valor que, como no modelo atomístico, são recombináveis. Conseqüentemente, as organizações dos trabalhadores não só sofreriam uma diminuição de importância, mas sofreriam anulação. É neste contexto que se fala, então, de novos requerimentos de qualificação, de trabalhadores com novo perfil, capazes de lidar com os novos desafios relacionados às incertezas, instabilidades e inseguranças.

A crise do trabalho se revela, desta forma, como a contra-face das estratégias empresariais de acumulação e de diminuição dos custos com a força de trabalho mediante o recurso às tecnologias informáticas, terceirizações, flexibilização da legislação trabalhista, desestruturação do regime salarial, destruição dos mecanismos de proteção dos trabalhadores.

Todo este processo tem sido orientado pelo predomínio de uma visão tecnocrática subordinada à lógica e aos mecanismos do mercado e por formas autoritárias e sem transparência dos processos decisórios empresariais e internacionalizados, os quais vêm enfraquecendo a autonomia dos estados nacionais.

Os processos de apropriação movidos pela globalização resultam, assim, no aprofundamento da desigualdade na divisão internacional de trabalho com a concentração das atividades de desenvolvimento de tecnologias, engenharia de produtos e comercialização nos países desenvolvidos; na distribuição social desigual não só dos seus benefícios, mas também dos seus custos; no aprofundamento do abismo que divide a sociedade humana entre ricos e pobres. Há, ainda, e de forma perigosa para a humanidade, o pesado agravamento dos problemas sócio-ambientais globais.

A apropriação da educação no seio e por intermédio da produção globalizada

Segundo Charlot (2007: 129), as relações entre globalização e educação podem ser compreendidas a partir de quatro fenômenos. Em primeiro lugar, de algo não absolutamente novo, do comando do pensamento educacional pela lógica econômica. Em segundo, a prevalência, a partir dos anos 1980, de lógicas sócioeconômicas – que também não seriam inteiramente novas - relacionadas à modernização e, portanto, não específicas da globalização, quais sejam as relativas à qualidade, eficácia e territorialização. Em terceiro, do fenômeno da integração de economias e sociedades, que vem contando com a mediação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial e que ensejou pleitos sobre liberalização da educação no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) e Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (AGCS). O quarto fenômeno, segundo Charlot, se trata do movimento de abertura mundial, que ao seu ver não está condenado a ser determinado unicamente pela lógica neoliberal da globalização, já que também pode ser uma oportunidade para o que chama de solidarização da espécie humana. Cita a propósito, os esforços que os Fóruns Sociais Mundiais, Fórum Mundial de Educação, Educação Para

Todos (EPT) e o Programa do Milênio vêm fazendo no sentido de afirmar que “um outro mundo é possível”.

É importante, contudo, considerar que a produção globalizada, como toda produção capitalista, é consumidora; para seu proveito e vantagem, requer mais que a disponibilidade e o livre fluxo de uma força de trabalho com valor educacional agregado.

Ela também forja mercados educacionais, cria dispositivos de desregulamentação da educação como direito social, como um corolário da desregulamentação das relações econômicas. Neste sentido, a educação sai da responsabilidade pública e vai para a esfera do mercado, se privatiza ao ser delegada à confiança da iniciativa privada. Ao comentar a liberalização da educação e sua abertura ao comércio mundial, Charlot (2007: 134) formula a hipótese de que:

Uma interpretação estrita do AGCS poderia até proibir ao Estado de conceder às escolas públicas um tratamento mais favorável do que aquele que iria dar às escolas privadas. Tal interpretação levaria à morte das escolas públicas: impossibilitado de financiar todas as escolas particulares, o Estado deveria renunciar às escolas públicas.

A moral da acumulação, da rentabilidade e do lucro passa, também, a informar os processos de formação e se incrementam demandas de ofertas formativas consideradas as mais relevantes, tais como na área de gestão e negócios, métodos e técnicas de vendas, gestão de recursos humanos, gestão da qualidade, segurança, informática, a língua inglesa de uso no comércio internacional. Produz, assim, as “escolhas” profissionais do momento, alimentando a ilusão de que o ser humano detém a primazia e o livre-arbítrio para preferir esta ou aquela trajetória ocupacional.

A produção globalizada requer uma educação que produza – material e simbolicamente – sujeitos para o seu contexto: competitivos, distintos mentalmente e moralmente, com necessidades intelectuais desprovidas de profundidade, que se satisfazem com a obviedade

e as aparências, que dispensam mediações para ir direto àquilo que supostamente lhes dará vantagem imediata.

Com efeito, a lógica neoliberal da concorrência tende a reduzir a educação a uma mercadoria escolar a ser rentabilizada no mercado dos empregos e das posições sociais e isso faz com que formas de aprendizagem mecânicas e superficiais, desconectadas do sentido do saber e de uma verdadeira atividade intelectual, tendam a predominar. (Chartot, 2007:136).

A produção globalizada demanda, também, uma educação para um consumo globalizado, pois também é sua característica a rápida difusão de produtos, tecnologias, informações, padrões de comportamento, a prospecção e busca de incorporação de novos e famintos consumidores. Como apenas uma parte da humanidade oferece esta possibilidade real de incorporação, já que os excluídos crescem a cada dia, a globalização também produz uma sociabilidade conformada para a imprevisibilidade, a efemeridade, o ritmo frenético das inovações, a fragmentação da cultura e a disseminação de conceitos sobre modos de viver a vida. Segundo Charlot (2007: 133):

Observa-se, igualmente, o ingresso de grandes multinacionais nas escolas. Coca-Cola, por exemplo, paga para a escola disponibilizar uma máquina distribuindo Coca-Cola. Nestlé envia material gratuito sobre o que é uma boa alimentação e Colgate interessa-se pela higiene dentária. Em plena neutralidade pedagógica, claro está... Vinte anos atrás, nem poderíamos pensar nisso. Hoje, há discussões na escola para saber se são práticas aceitáveis.

Flexibilidade virou a palavra-chave. Para rever conceitos e, também, formar as pessoas. Pede-se, assim, uma educação que forme trabalhadores flexíveis. Para tanto, devem ter conhecimentos básicos – gerais e específicos, habilidades para operar tecnologias, atitudes de iniciativa, comportamentos adequados ao trabalho em equipe, integrados subjetivamente à cultura da empresa, crenças que o sucesso se obtém graças à força de vontade, à

disposição firme e constante para o trabalho e a prática do espírito empreendedor, à valorização do otimismo, da perseverança, da autoconfiança e da obediência às leis do mercado.

A OCDE, segundo Charlot (2007:133), se ocuparia das idéias que os países ricos deveriam aplicar à educação. De lá, teriam saído, segundo ele,

(...) a “reforma da matemática moderna”, a idéia e a própria expressão de “qualidade da educação”, a idéia de “economia do saber”, a de “formação ao longo de toda a vida”. A OCDE é o centro do pensamento neoliberal no que tange à educação. Não é de admirar-se disso quando se sabe que foi explicitamente criada para promover a economia de mercado.

No caso dos países mais pobres, conforme este autor, as organizações importantes são o FMI e o Banco Mundial, que promovem financiamentos – inclusive educacionais – cobrando compromissos de ajuste estrutural, determinando concepções e orientações a serem seguidas.

O Brasil registra vários casos que poderiam ilustrar bem esta ingerência. Um deles se refere ao Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP, experiência iniciada no governo de Fernando Henrique Cardoso, uma parceria do Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Este programa foi concebido para ser o principal agente da implantação da reforma da educação profissional brasileira, conforme as diretrizes do Decreto 2.208/97, pois previa o financiamento, apenas, dos projetos que se encaixassem nos critérios acordados sobre modernização, qualidade educacional, adequação de currículos e cursos ao mercado, separação formal entre o ensino médio e ensino técnico, organização curricular por módulos, modelo de gestão institucional privatizado e aberto às parcerias.

Vê-se, desta forma, a propagação do pragmatismo educacional com a priorização dos critérios de utilidade e satisfação das necessidades do mercado. Assiste-se, também, a

apologia dos métodos de gestão das empresas privadas como modelo adequado à melhoria da eficácia educacional e das escolas. Surge, assim, um poderoso discurso educativo internacional, extenso e homogeneizador, que privilegia, principalmente, os temas da descentralização, da autonomia escolar e qualidade da educação, que quer ver os docentes trabalhando de acordo com os requerimentos de qualidade conferida segundo indicadores internacionais, com perfis menos sindicais e mais profissionais, mais técnicos e menos políticos, mais negociadores e menos do conflito.

Isto porque, ao ser consumida como elemento de valorização do fator de produção força de trabalho, a educação produz também globalização, aciona investimentos globalizados em produtos e serviços para o mercado educacional – em sua maioria, orientados para o sentido prático da busca da vantagem imediata, com conteúdos superficiais, para formar, basicamente, consumidores.

Assim, como qualquer processo social, a educação sob a globalização é intimada a desenvolver um novo modo de ser por conta das formas globalizadas de consumo, pois este cria a necessidade de uma nova educação. Assim, tanto condição subjetiva quanto objetiva, o consumo se coloca como necessidade e finalidade, motiva e impulsiona a educação como um nicho globalizado de produção de bens e serviços.

Já se notam reestruturações e ajustes à globalização também no segmento educacional. No caso das escolas públicas, organismos financeiros internacionais têm feito claras demandas de adequações. No caso das escolas privadas, o controle principal é feito pela própria concorrência, pela intensificação das disputas competitivas por mercado, que resultam ora em falências, ora em incorporações e formação de grupos econômicos poderosos, que passam, inclusive, a participar do mercado de ações com chamadas à abertura de capitais.

No seio e por intermédio da globalização, a educação é envolvida, de forma objetiva e subjetiva, na produção de objetos de consumo, modos de consumo, novas necessidades e impulsos, padrões culturais de satisfação, tais como o consumo de Internet, serviços de correio eletrônico e *chats*, produtos tecnológicos diversos, muito diferentes das demandas,

que até recentemente demarcavam o universo educacional. A educação é convidada, assim, a formar a necessária força de trabalho com os perfis requeridos, bem como os consumidores conformes.

O consumo educacional já começa a evidenciar formas determinadas pela globalização, o que leva à afirmação da produção assim caracterizada, cujas formas técnicas têm ultrapassado a materialidade das coisas para atingirem dimensões de virtualidade.

São também os pressupostos intrínsecos à lógica da produção globalizada que tendem a se impor no processo de distribuição dos bens e dos serviços educacionais, processo que se coloca de permeio entre produção e consumo, pois só se pode distribuir aquilo que se produz: o que a globalização demanda que se produza. Por outro lado, não se distribui senão segundo a lógica que informou o processo de participação na produção: “muitos são os chamados, mas poucos os escolhidos”. A exclusão é uma decorrência da estruturação da produção, da possibilidade de se ter os meios de produção ou os meios de como negociar a própria força de trabalho.

Na sua aparência imediata, a globalização se refere ao mundo das trocas, do comércio internacional. Mas, este mundo não tem nenhuma autonomia, não se faz como realidade naturalizada, faz parte do mundo da produção. Assim, o efeito das condições históricas da globalização sobre a educação implica reconhecer os processos de troca, no mercado mundial, como momentos do processo de produção globalizada, o qual determina, também, o consumo e a distribuição. O intercâmbio globalizado pressupõe, desta forma, uma divisão de trabalho, em nível mundial, também afeita à educação. Se mais intenso ou extenso ou com uma estrutura mais ou menos complexa este intercâmbio dependerá do avanço do grau de desenvolvimento e estruturação da própria educação na sua forma globalizada.

A globalização é a própria expressão da expansão do mercado, da esfera da troca. Ela implica ampliação do volume da produção e aumento da divisão social e técnica do trabalho. As condições históricas da globalização interagem com a educação e com o campo educacional em todos estes domínios: nas condições da sua produção social, na

lógica do consumo dos bens e serviços educacionais, sobre as formas distributivas e as relações de troca.

A educação sofre, claramente, o impacto da globalização, pois a apropriação das forças produtivas humanas no seio e por intermédio da produção globalizada demanda o desenvolvimento de capacidades humanas para seu consumo como energia vital e forma imediata da produção. Demanda, igualmente, que tais capacidades humanas, ao serem empregadas, sejam, também, exauridas, e, às vezes, desperdiçadas e mortificadas.

A apropriação ambiental no seio e por intermédio da produção globalizada

As relações entre globalização e meio-ambiente saltam à vista, pois a problemática ambiental tem caráter transnacional, extravasa contextos locais e nacionais, quebra as barreiras fronteiriças; é, assim, item de pauta das responsabilidades globais.

Desde o advento da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano realizada em 1972, em Estocolmo, já ocorreram várias reuniões internacionais para tratar da proteção ambiental e do estabelecimento de regras abrangentes, visando dar aos problemas um tratamento global, já que suas premissas são desta ordem³. Foram publicados, desde

³ Conferência de Estocolmo (1972), Relatório Meadows – *The Limits to Growth* (1972), Criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA (1972), Criação pela Assembléia Geral da ONU, do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática - IPCC (1988), Promoção pela ONU da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) ou Cúpula da Terra, que contou com representantes de 178 países, incluindo cerca de 100 chefes de estados (1988), Realização do Fórum Global, com cerca de aproximadamente 4.000 entidades da sociedade civil mundial, tendo a finalidade de debater e aprofundar temas polêmicos, e ao mesmo tempo, influenciar no processo de tomada de decisões na reunião oficial (1988), Informe Brandt (1980), Relatório Brundtland (1980), Conferência do Rio - ECO-92 (1992), Conferência sobre Direitos Humanos realizada em Viena (1993), Conferência sobre População e Desenvolvimento realizada no Cairo (1994), Conferência sobre Desenvolvimento Social –Copenhague (1995), Conferência sobre mudança climática – Berlim (1995), Conferência sobre a mulher – Pequim (1995), Conferência sobre assentamentos urbanos - Habitat II, realizada em Istambul (1996), Cúpula Global sobre Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo (2002), 3ª Conferência das Partes da Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (2005).

então, diversos tipos de documentos: declarações, cartas de princípios, convenções, tratados, protocolos, resoluções, planos de ação e agendas⁴.

Sob a influência da globalização, processam-se as "invasões biológicas" de espécies oportunas dentro de um determinado contexto que se revelam nocivas e daninhas ao serem levadas para regiões diferentes. Com a globalização, tem crescido, também, o risco de propagação de epidemias e de afetar animais, plantas e os próprios seres humanos.

As relações entre globalização e meio-ambiente têm se colocado ainda mais em evidência a partir do aumento da extensão física e da gravidade dos danos que pequenos, médios e, especialmente, "grandes" projetos, têm causado com suas opções e estratégias de extração de lucro máximo da natureza.

A intensificação das agressões e dos problemas sócio-ambientais e o surgimento de uma ampla e grave crise ambiental mundial são de conhecimento público. Dela fazem parte diversos temas: poluições, contaminações, lançamentos de gases na atmosfera, exposição a substâncias químicas, concentração de resíduos sólidos e esgotos sanitários, queima de combustíveis fósseis, erosões, salinização e outros processos de deterioração do solo.

Com maior frequência e, felizmente, com gradativa ampliação da participação social, discutem-se problemas associados à destruição da camada atmosférica de ozônio, mudanças climáticas, aquecimento global, degradação do solo e dos rios, desertificações, desmatamentos, perda da biodiversidade, esgotamento dos estoques pesqueiros, desastres naturais, riscos de acidentes nucleares ou biotecnológicos, derramamentos de óleo no mar, perda da qualidade de vida e da capacidade vital, ressurgimento de epidemias e endemias supostamente extintas, perturbações da segurança e da saúde pública, não democratização do acesso aos recursos naturais, intensificação dos processos migratórios, comércio internacional de animais e de espécies de flora e fauna selvagens em perigo de extinção, áreas sob especial regime de proteção, controle de pragas, proteção da saúde e segurança dos trabalhadores, responsabilidade civil por danos resultantes de atividades perigosas ao

4

meio ambiente, ensaios nucleares na atmosfera, conservação e utilização do solo, água, flora e fauna para as futuras gerações e busca de um novo estilo de vida na terra.

Sabe-se, com mais clareza, sobre os interesses minoritários que se escondem por detrás da exploração dos recursos florestais, hídricos, dos ecossistemas marítimos e costeiros sem preocupações com a sustentabilidade e desrespeitando os corredores biológicos e as áreas de proteção ambiental.

As conseqüências deste processo de degradação atingem crescentes áreas geográficas, a natureza e os seres vivos de uma maneira geral, mas alguns setores são mais vulneráveis: os trabalhadores, especialmente os residentes próximos às indústrias poluidoras, aos lixões, margens dos cursos d'água e áreas com elevada declividade e os países mais pobres.

Com a globalização, cresce a avidez pelo máximo proveito das vantagens proporcionadas pela natureza. Indústrias selecionam as regiões do globo em que preferem se instalar se pautando em informações sobre a possibilidade de não cumprimento de legislações trabalhista e ambiental, além da disponibilidade de força de trabalho, transportes e infraestrutura baratos e isenção de pagamento de impostos. Há países com legislação ambiental pouco restritiva ou fiscalização deficiente, que não dificultam a importação ou a exportação de certos produtos químicos lesivos ao meio ambiente, tais como determinados agrotóxicos. Mesmo vetados em países centrais, empresas continuam a usá-los nos países periféricos, bem como técnicas agrícolas e pecuárias prejudiciais, simplesmente para atender seus interesses privados e suas margens de lucros.

Os padrões de conduta diferem de várias maneiras entre países (...). A entrada atual na Amazônia de madeiras asiáticas preocupa neste sentido. Os países Asiáticos têm uma destinação forte entre o padrão de conduta empresarial dentro do país da empresa e fora dela. Na Malásia, o governo vem aplicando (desde 1995) medidas cada vez mais fortes para obrigar as empresas a respeitar as leis sobre manejo florestal (...). Em contraste, o histórico destas empresas fora da Malásia tem sido péssimo (Greenpeace

Internacional, 1997). O Japão, que é um dos principais intermediários no comércio internacional de madeira tropical, tem um duplo padrão que permite o uso de subornos como uma prática normal quando opera fora do Japão. (FEARNSIDE, 2002: 6).

A globalização cria, também, atividades e mercados que comprometem o meio ambiente, tais como: extensos cultivos de soja nos biomas do Cerrado e da Amazônia para fins de exportação; largos plantios de eucalipto para indústria de papel e celulose e produção de carvão; abertura de rodovias, ferrovias e hidrovias que cortam ou margeiam reservas indígenas; práticas de pecuária extensiva exclusiva para a exportação.

Populações tradicionais desinformadas são, também, estimuladas pelo comércio internacional a sacrificar a natureza e colocar em risco a preservação de ecossistemas, quando se envolvem no tráfico de produtos naturais tais como madeiras nobres e os derivados de animais. Sabe-se que a tradicional medicina chinesa fabrica produtos destinados a uma pequena fração de milionários dos países ricos à custa da perseguição de animais em extinção, tais como tigres e rinocerontes.

Os impactos sobre o meio ambiente, no seio e por intermédio da globalização da economia, também decorrem, assim, dos hábitos de consumo que são incentivados. Já se questiona a insânia da continuidade dos padrões de produção e consumo praticados nos países desenvolvidos. Os movimentos sociais têm ressaltado a necessidade do uso mais racional dos recursos naturais, mediante, por exemplo, a redução das emissões de carbono. A questão do consumo em nível global tem feito surgir importante debate sobre o conceito de necessidades humanas. Começa-se, assim, a forjar uma cidadania planetária, preocupada com ações globais, mas com direção inversa à da globalização econômica.

O intercâmbio globalizado fundamentado na desigual divisão internacional de trabalho também se observa nas questões ambientais. Por exemplo:

Um tipo de impacto ambiental que os países do Primeiro Mundo procuram passar para o Terceiro Mundo é a fabricação de alumínio. Esta atividade consome grandes quantidades de energia elétrica, implicando na construção de grandes hidrelétricas que a maioria dos países ricos não aceitariam mais dentro das suas próprias fronteiras devido aos pesados impactos ambientais e sociais que causam. (FEARNSIDE, 2002: 2).

Conclusão

Retrocessos diversos derivados da expansão da acumulação capitalista na sua forma globalizada foram acima expostos: aumento das desigualdades sociais e da exclusão apesar do maior aprofundamento do caráter social da produção, subordinação da cidadania ao poder econômico global, aumento da assimetria de poder, estados nacionais mais vulneráveis ao controle de suas decisões pelo capital transnacional, demanda aos trabalhadores de total disponibilidade subjetiva a mudanças imprevisíveis em razão das instabilidades do mundo do trabalho, lógica econômica em choque com os princípios éticos da solidariedade e da justiça, ameaças ambientais cada vez mais preocupantes e grandes incertezas quanto ao futuro da sobrevivência humana no planeta.

O desenvolvimento sustentável tem sido discutido como novo paradigma conceitual e político, mas sobram dificuldades para o cumprimento das declarações, resoluções, convenções e planos de ação. Os impasses vêm gerando um crescente sentimento de frustração e o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, são questionados por alguns países industrializados, a exemplo da não assinatura do Protocolo de Kyoto pelos Estados Unidos.

Do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas, do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, é possível implementar o conjunto das medidas que foram acordadas nos últimos anos e encarar os desafios da erradicação da pobreza e do desenvolvimento sustentável.

A capacidade da natureza para fornecer os recursos à sobrevivência da humanidade não é infinita. Portanto, é urgente reverter o quadro atual em favor de uma nova ética global de desenvolvimento.

De forma contraditória, mas de importância que não deve ser desconsiderada, surgem indícios e prenúncios positivos da emergência de uma globalização dos direitos graças à ampliação do acesso à informação possibilitado pelas TIC, à oportunidade para a construção de redes e articulações globais em torno de objetivos comuns e de ações concretas, às perspectivas para a globalização da cidadania e a construção de uma sociedade planetária.

Sob o crivo do critério econômico já há questionamentos sobre a escala global de produção no que se refere à manutenção de tecnologias ultrapassadas em países mais pobres. Como têm surgido setores com fortes interesses econômicos, que têm feito seus investimentos em indústrias e mercado ligados à proteção e recuperação ambiental (equipamentos de controle da poluição, sistemas de coleta, tratamento e reciclagem de resíduos sólidos e líquidos, inclusive lixo e esgoto urbanos, e novas técnicas de produção), há também uma maior pressão para que as leis ambientais se tornem mais exigentes, que se criem ou tornem as instituições responsáveis mais eficientes e atuantes.

Outros eventos positivos têm aflorado para evidenciar que a globalização da economia também pode ensejar outras formas de apropriações por parte de setores majoritários da humanidade. De forma alentadora, há aumento das interações humanas no nível global, maior miscigenação entre povos, confluência de culturas, maior disponibilidade de informações pela mídia audiovisual e Internet, maior difusão de produtos culturais, maior interdependência entre os seres humanos.

Resta o desafio de tornar o planeta Terra um bem realmente comum, acabando com a fome no mundo, respeitando a diversidade cultural e a biodiversidade, protegendo a saúde de todos, inclusive da natureza.

Para a educação, estas transformações têm trazido conseqüências importantes, que significam tanto ameaças quanto oportunidades. Há ameaças porque surgem agências concorrentes e os alunos estão mais livres para buscar informações, podendo isso implicar para os professores e as escolas perdas relativas de espaço e poder, pois eles não detêm mais o monopólio de acesso às fontes e às bases de dados. Por outro lado, há maior volatilidade e inseguranças nas informações disponibilizadas, o que provoca um sentimento maior de incerteza e insegurança, unificando as preocupações das escolas, professores, alunos e suas famílias, da sociedade.

Com isso, surgem oportunidades. Mas, para uma outra identidade de escola e de professor. O conhecimento se tornou mais importante para todo o mundo, mas o currículo deixou de ser um amontoado de conteúdos. A escola se tornou um sistema aberto, não só sobre si mesma, mas também para a comunidade. A sala de aula se tornou mais interativa, mas também um lugar de processamento e produção do conhecimento. Surgem, assim, outros tipos de demandas de interação e colaboração entre: professores e alunos; escolas e comunidades; o pensamento e a ação.

Há, assim, perspectivas animadoras que podem implicar no revigoramento da profissão docente, pois o processo de educar se tornou mais complexo e contraditório: há uma grande disponibilidade de informações, mensagens e valores de todo o tipo e nem todas são fidedignas, relevantes e fáceis de serem encontradas. Faltam avaliadores de informações, orientadores e mediadores do conhecimento e da compreensão, sujeitos do diálogo para a produção de novas informações e conhecimentos, ou seja, docentes capazes de atuação diferenciada, de intervir e propiciar os meios para a organização do pensamento e da ação em função da informação; a transformação da informação em conhecimento; a criação, estruturação e dinamização de situações de aprendizagem; a educação crítica e transformadora.

Crescem as demandas por professores que dominem os meios que possibilitem: situar qualquer informação em seu contexto e no conjunto em que está inscrita; discernir

informações pertinentes e supérfluas; confrontar informações, idéias e práticas; pensar com espírito crítico e independente; habituar-se ao contínuo questionamento; fazer articulações que conferem unidade às diversidades; identificar de forma integrada os problemas e as soluções; decidir sobre a base de informações confiáveis.

Esses novos desafios levam à re-configuração da educação e da escola, exigindo de cada professor estar preparado para estas mudanças; compreender o novo papel e poder que lhe cabe; respostas para uma cidadania planetária, a globalização solidária, o desenvolvimento sustentável; mais criatividade e espírito crítico; fazer valer valores éticos e o exercício de seus direitos; estar em permanente aprendizagem individual e colaborativa.

Entretanto, a formação dos professores não os tem permitido familiarizar-se com essas novas tecnologias, pois para muitos ainda faltam os meios necessários e fundamentais não só com relação à formação, mas também com respeito às condições para este tipo de trabalho. A inclusão digital, no Brasil, é também uma necessidade para muitos professores, pois grande parte não tem acesso às tecnologias de informação e comunicação e mesmo quando há facilidade de acesso, muitos não estão preparados para avaliar e fazer a gestão destes recursos e das informações que estes possibilitam encontrar.

Faz-se necessário, portanto, o desenvolvimento de políticas, programas e projetos que possibilitem mobilizar recursos adicionais e aumentar os investimentos em educação; assegurar a conectividade das escolas, dos professores e dos alunos; investir na qualificação docente visando os novos desafios, melhorar a qualidade dos materiais educacionais.

O interesse e a disponibilidade do professor para a atualização tecnológica são necessários, mas insuficientes e não podem implicar em sobrecarga adicional para os docentes. É preciso que o trabalho escolar seja reorganizado de modo a criar modelos colaborativos de outra ordem. Isso significa mexer em atribuições, em espaços físicos e virtuais, em temporalidades; tornar o projeto político-pedagógico realmente orientado a estas mudanças; envolver não só os professores nesta atualização, mas todo o universo escolar, incluindo os alunos, a comunidade do entorno e o poder público.

Particularmente, a modalidade de Educação a Distância (EaD), que está em grande expansão no Brasil, tem levado a uma alteração mais profunda no exercício da profissão docente porque muda significativamente o modo de relacionamento do professor com o trabalho. Nesta, mas também na educação presencial mediada por tecnologias digitais, tem ocorrido: maior intensificação do trabalho (fazer mais em menos tempo, ter mais alunos por professor); extrapolação dos limites espaciais e temporais para o exercício do trabalho (invasão de espaços e tempos não regulamentados como lugares e jornadas escolares); alterações na relação com o conhecimento, com o processo de ensino-aprendizagem e com as dinâmicas de interação professor-aluno.

Contudo, no caso da EaD, há implicações mais radicais: no contexto físico e psicológico das condições de ensino-aprendizagem, na inteira organização do processo de ensino-aprendizagem, na divisão técnica do trabalho, na dialética controle / autonomia no trabalho, nas relações trabalhistas (pela falta e necessidade de existir novas regulamentações que se contraponham às flexibilizações e informalidades); no aumento do estresse e doenças profissionais que caracterizam todas as profissões assentadas nas tecnologias digitais.

A atual legislação trabalhista, porém, não traz mecanismos de proteção dos profissionais envolvidos na EaD. Tem ocorrido, inclusive, o equívoco de transferir o modelo presencial para a modalidade a distância na gestão do trabalho docente. Por outro lado, os chamados tutores não têm sido considerados como professores. Faltam regulamentações para o teletrabalhador docente que versem sobre carga horária e jornada de trabalho; número de alunos a serem atendidos; horários para os atendimentos; contratos de trabalho; remuneração considerando, inclusive, as despesas extras decorrentes do uso dos equipamentos e instalações domésticos; atenção pedagógica; proteção contra danos à saúde.

Adicionalmente, são necessárias políticas públicas com maior sustentabilidade e continuidade que assegurem fazer face às novas formas de exclusão social: a exclusão digital e a infoexclusão. Esses tipos de privação têm ainda grande incidência,

principalmente nos setores onde já existe discriminação: pobres, mulheres, negros e negras, indígenas e pessoas com deficiência.

Os provedores de serviços de rede, até o presente, se concentram nos grandes centros urbanos, onde o acesso maior é de empresas e de pessoas com nível sócio-econômico mais elevado. Há grandes regiões do país que não dispõem do acesso à Internet ou se existe este é muito caro. É preciso, portanto, reivindicar que todos os cidadãos possam se aproveitar dos benefícios das novas tecnologias, em particular das tecnologias da informação e das comunicações. A democratização real e efetiva da conectividade é fundamental se queremos construir uma nova ética global de desenvolvimento.

Nesse sentido, é muito importante o papel das organizações sindicais, especialmente as dos professores, para reforçar a luta contra as pressões pela transformação da educação em mais uma das mercadorias de comercialização globalizada; a construção de uma sociedade global, igualitária, ciente da necessidade de dignidade humana para todos; pelo fortalecimento da rede mundial em torno de uma Cidadania Planetária e de uma Globalização Solidária. Para contribuir, enfim, a pensar e propor soluções para o presente e o futuro, trazendo à luz o regate das lições do passado.

Um novo meio ambiente global implica construir arranjos políticos sólidos, suficientemente harmônicos e comprometidos com o desenvolvimento sustentável. Daí a enorme importância da educação e sua convergência temática com as questões ambientais quando subjacente se encontram os problemas colocados pela globalização capitalista.

A educação pode contribuir para o desenvolvimento de um novo sentido de apropriação, que fomente a necessidade de resgatar bens fundamentais e verdadeiramente enriquecedoras do gênero humano, relações significativas com o conhecimento, uma sociedade global humanitária, equitativa e solidária, ciente da necessidade de dignidade humana para todos e zelosa de sua moradia, a Terra.

Formar novos Prometeus, eis aí o desafio! Figura mitológica e de referência de Marx como modelo de ser humano, Prometeu se tornou extraordinário por ter se recusado a se submeter e a venerar deuses. Hoje, a globalização capitalista? Tornou-se grande por ter tido a audácia de roubar o fogo, bem exclusivo das divindades e símbolo do conhecimento, para compartilhá-lo com os homens e, com isto, torná-los superiores aos demais animais. Isso lhe rendeu o castigo de Zeus, ser acorrentado à crista do monte Cáucaso e ter seu fígado, diariamente, despedaçado por abutres, por trinta mil anos.

De Goethe, também amante desta figura lendária, provém o poema *Prometheus* e a inspiração:

*"Encobre o teu Céu ó Zeus
com nebuloso véu e,
semelhante ao jovem que gosta
de recolher cardos⁵
retira-te para os altos do carvalho ereto
Mas deixa que eu desfrute a Terra,
que é minha, tanto quanto esta cabana
que habito e que não é obra tua
e também minha lareira que,
quando arde, sua labareda me doura.
Tu me invejas!*

(...)

*Eu honrar a ti? Por quê?
Livraste a carga do abatido?
Enxugaste por acaso a lágrima do triste?*

(...)

*Por acaso imaginaste, num delírio,
que eu iria odiar a vida e retirar-me para o ermo
por alguns dos meus sonhos se haverem
frustrado?
Pois não: aqui me tens
e homens farei segundo minha própria imagem:
homens que logo serão meus iguais*

⁵ Cardo: planta da família das compostas (*Centaurea melitensis*), considerada praga da lavoura, de flores amarelas, folhas com espinho, acinzentadas, e caule ereto, revestido de pêlos. (Dicionário Aurélio – Século XXI)

*que irão padecer e chorar, gozar e sofrer
e, mesmo que forem párias,
não se renderão a ti como eu fiz"*

Bibliografia

BAUMAN, Z. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

CARLOT, Bernard. Educação e Globalização: uma tentativa de colocar ordem no debate. **Sísifo Revista de Ciências da Educação**, n. 4, set.-dez. 2007. Disponível em: <http://sisifo.fpce.ul.pt/?r=13&p=129> – Acessado em 30.05.08.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

FEARNSIDE, Philip. A globalização do meio ambiente: o papel da Amazônia brasileira. Junho de 2002. 11 p. Disponível em: http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/mss%20and%20in%20press/GLOBALIZ-Inpa.pdf - Acessado em: maio de 2008.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

LÖWY, Michael. De Marx ao ecossocialismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). **Pós-neoliberalismo II: que estado para que democracia?** Petrópolis: Vozes, 1999.

MARX, Karl. **Introducción general a la crítica de la economía política (1857)**. Córdoba, Argentina: Ediciones Pasado y Presente, 1968.

NOSSA COMUNIDADE GLOBAL. **O relatório da Comissão sobre Governança Global**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

OLIVEIRA, Francisco de. O Capital contra a Democracia. Conferência de abertura do seminário Os Sentidos da Democracia e da Participação. São Paulo, Instituto Polis, 01.07.04. Disponível em: http://www.polis.org/seminario/o_capital_contra_a_democracia.htm. Acessado em 25.05.08.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. (Org.) **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora brasiliense, 1993.

SILVA, Alberto Teixeira. Relações internacionais e meio ambiente: construindo uma agenda de governança policêntrica. Brasília: III Encontro da ANPPAS, maio de 2006.

Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA382-07032006-152709.DOC - Acessado em: maio de 2008.